

Resenha do Livro “Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato”

Book Review “Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato”

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.145134>

Yuri Bravo Coutinho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil
yuri.bravo1998@gmail.com  

Resumo

Em “Operação Impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato” (2023), Fernando Limongi analisa as crises político-institucionais e sociais que levaram à destituição de Dilma Rousseff (2011-2016) e a emergência da coalizão de poder que integrou o governo de Michel Temer (2016-2018). O autor realiza um rastreamento de processos desde a candidatura de Rousseff em 2010 até as denúncias de corrupção contra Temer, que assumiu a presidência após o *impeachment* em maio de 2016. A utilização de fontes secundárias cumpre o papel de descrever, encadear e analisar os acontecimentos centrais à narrativa do *impeachment* e a conjuntura posterior à destituição de Rousseff. Os fatos são narrados em cinco capítulos principais, dividindo-os entre atores centrais à narrativa do *impeachment*: a presidenta Dilma Rousseff, a oposição coordenada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e os movimentos sociais, o presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, o presidente Michel Temer e os juízes que comandaram a Operação Lava Jato de Brasília a Curitiba.

Palavras-chave: Operação Lava Jato. *Impeachment*. Dilma Rousseff. Michel Temer.

Abstract

In ‘Operação Impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato’ (2023), Fernando Limongi analyses the political-institutional and social crises that led to the impeachment of Dilma Rousseff (2011-2016) and the emergence of the coalition of power that comprised Michel Temer’s government (2016-2018). The author traces the processes from Rousseff’s candidacy in 2010 to the corruption allegations against Temer, who took over the presidency after the impeachment in May 2016. The use of secondary sources plays the role of describing, linking and analysing the events central to the impeachment narrative and the situation following Rousseff’s impeachment. The facts are narrated in five main chapters, dividing them between the central players in the impeachment narrative: President Dilma Rousseff, the opposition coordinated by the Brazilian Social Democracy Party (PSDB) and the social movements, the president of the Chamber of Deputies Eduardo Cunha, President Michel Temer and the judges who led Operation Car Wash from Brasília to Curitiba.

Keywords: Operation Car Wash. Impeachment. Dilma Rousseff. Michel Temer.

Recebido: 09 Janeiro 2025
Aceito: 09 Março 2025

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhamento-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

No livro “Operação Impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato”, publicado em 2023, o cientista político Fernando Limongi reconstitui as crises nas dimensões político-institucional e social que culminaram na destituição da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), bem como a emergência da coalizão de poder que integrou o governo de Michel Temer (2016-2018). Essa análise é realizada pelo rastreamento de processos desde a candidatura de Rousseff em 2010 até o último ano do mandato de Temer, tendo como eixo central a relação das investigações na Operação Lava Jato com o governo.

Para isso, o autor sustenta uma visão crítica e detalhada sobre os impactos da crescente perda do controle institucional por parte do Poder Executivo e a insatisfação social com a classe política, utilizando as fontes secundárias da imprensa – majoritariamente dos jornais “Estado de S. Paulo” e “Folha de S. Paulo” – para descrever os acontecimentos no período em destaque. Os fatos são narrados em cinco capítulos principais, dividindo-os entre atores centrais à narrativa do *impeachment*: a presidenta Dilma Rousseff, a oposição coordenada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e os movimentos sociais, o presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, o presidente Michel Temer e os juízes que comandaram a Operação Lava Jato de Brasília a Curitiba.

No capítulo I, Limongi analisa como a escolha de Dilma Rousseff para a presidência em 2010 ajudou a resolver conflitos internos do Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar de sua pouca experiência política, Dilma foi eleita devido à herança política de Lula, mas seguiu suas próprias convicções, reformulando a equipe ministerial e promovendo uma “faxina ética”. Essas ações geraram insatisfação na oposição e na base governista, culminando na candidatura antipetista de Aécio Neves em 2014, apoiado pelo “Blocão” liderado por Eduardo Cunha. Os escândalos divulgados pela Operação Lava Jato, iniciada pouco antes das eleições, fortaleceram o sentimento antipetista, com apoio da mídia tradicional e da classe média. Porém, a reeleição de Dilma permitiu ao governo reconstruir o diálogo com a oposição, mas também abriu espaço para uma postura mais reacionária da sociedade.

O autor se atenta a este cenário no capítulo II, onde aborda a reação da oposição após a reeleição de Dilma Rousseff. Quatro dias após o resultado, o PSDB solicitou uma auditoria das urnas eletrônicas, questionando a imparcialidade da Justiça Eleitoral. As manifestações, com a presença de líderes do PSDB, foram coordenadas por grupos da direita liberal, como o Movimento Brasil Livre, e simpatizantes da “nova direita”, como o movimento “Vem Pra Rua”. Apesar do sentimento antipetista em comum, esses grupos divergiam quanto à agenda política para derrubar o PT (Souza, 2023). A radicalização dos protestos surpreendeu o PSDB, que preferiu apoiar-se nas investigações da Lava Jato para impugnar a chapa Dilma-Temer, evitando uma postura antidemocrática. O pedido de *impeachment* começou a ser estudado em fevereiro de 2015, baseado na participação de Dilma na compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Parlamentares e movimentos sociais favoráveis ao *impeachment* se articularam em torno da candidatura de Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados, político com grande influência, poder de barganha e desafeto de Dilma.

No capítulo III, Limongi detalha a atuação de Cunha após ser eleito presidente da Câmara, um evento que marcou o fim do acordo informal de alternância na presidência entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o PT. A relação entre Cunha e o PT deteriorou-se após a inclusão do seu nome na Lista Janot em março de 2015. A ruptura definitiva ocorreu em julho, quando o empresário Júlio Camargo delatou Cunha na Lava Jato, afirmando que ele havia cobrado US\$ 5 milhões em propina para facilitar a contratação de navios-sonda pela Toyo Setal. No dia seguinte à denúncia, Cunha anunciou seu rompimento com a base governista e sua migração para a oposição, criticando a imparcialidade das investigações da Lava Jato. Cunha percebeu que o movimento pró-*impeachment* ganhava força no parlamento e nas ruas, onde manifestações clamavam “Fora, Dilma!”. Apesar da pressão, ele arquivou os pedidos de *impeachment* contra Dilma, esperando que o PT o apoiasse no Conselho de Ética, que investigava suas contas na Suíça, suspeitas de receber mais de US\$ 5 milhões em propina e tráfico de influência. Em dezembro, a prisão preventiva do senador Delcídio do Amaral intensificou a crise. Dilma e o PT decidiram continuar com a “faxina ética” e votaram pela

cassação de Cunha no Conselho de Ética. Em resposta, Cunha anunciou a abertura do processo de *impeachment* um dia depois. Cinco dias depois, Michel Temer publicou uma carta destacando o afastamento do PMDB do governo e sinalizando seu apoio ao *impeachment*.

O capítulo IV descreve os ajustes finais que destituíram a presidenta, estimulados pelo agravamento da crise social e da crise no sistema político. A base peemedebista e o Bloco haviam gradativamente se desvinculado do PT e articulado as bases do *impeachment* durante o segundo mandato de Dilma, contando com o apoio da mídia na construção do antipetismo e na idolatria dos juízes da Lava Jato. O governo Temer se articulou em torno desses fenômenos, divulgando seu projeto nacional “Ponte para o Futuro”, uma semana depois do requerimento do processo de *impeachment* contra a presidenta, acatando as denúncias de “pedaladas fiscais” realizadas pela presidenta Dilma. Nesse sentido, a liderança do PMDB durante e após o *impeachment* foi fundamental para a retomada do controle da capacidade governativa do Executivo. Para isso, o novo bloco no poder buscou apoio institucional do Congresso e dos setores da burguesia nacional para conter os avanços da Lava Jato e resgatar o crescimento econômico através da cartilha neoliberal (Da Ros; Taylor, 2022).

O capítulo V é sobre os desdobramentos da crise política durante o governo Temer. Junto da instabilidade política, o endurecimento das medidas ortodoxas para recuperar a economia marcaram o curto mandato de Temer. Nesse sentido, a relação fértil do Executivo com o Legislativo visou alcançar uma margem de capacidade governativa que serviu para dois propósitos interligados: a sustentação dos cargos de Temer e dos ministros em meio às denúncias da Lava Jato para, então, viabilizar as reformas constitucionais que garantiriam a retomada da credibilidade econômica do país. Em 17 de maio de 2017, a Procuradoria Geral da República (PGR) divulgou uma gravação de Temer sugerindo à Joesley Batista “manter uma boa relação” com Eduardo Cunha e o doleiro Lúcio Funaro para evitar que ambos fizessem acordos de delação premiada nas investigações da Lava Jato que comprometessem o governo. A primeira e a segunda denúncias formalizadas pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) contra o presidente foram rejeitadas em votação no Congresso, demonstrando a boa relação com os parlamentares. Portanto, a baixa credibilidade de Temer desde o início do mandato vigorou pelo apoio da base parlamentar e pela incorporação do programa de governo defendido pelo grupo político derrotado nas eleições anteriores (PSDB). De fato, a relação entre o Executivo e o Judiciário foi positiva para “salvar” os interesses oligárquicos do governo Temer. Por outro lado, o apoio à operação com base em Curitiba – que tinha Lula como seu alvo principal – impulsionou o antipetismo e o avanço da extrema-direita, fenômenos que acompanharam todo o período descrito no livro e marcam as eleições de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro.

Contudo, ao analisarmos os sucessivos momentos da crise política descrita no livro, fica evidente a instrumentalização do *impeachment* para frear a Lava Jato e reverter a “faxina ética” de Dilma. A estratégia do PMDB de destituir a presidenta visava aglutinar interesses do clientelismo político e das camadas médias mobilizadas após junho de 2013, seguindo o funcionamento do presidencialismo de coalizão em torno de um “partido-ímã” que infiltra interesses amplos da classe política desde a redemocratização (Singer, 2018). O PMDB exerceu essa função durante o governo Dilma, tentando recuperar o controle do sistema político, limitando a Lava Jato e impondo custos às pautas do PT, garantindo a manutenção do seu status quo. Sem respaldo popular, o governo ostentou o *impeachment* de 2016 como sinônimo de superação da crise institucional, tentando contornar a convulsão social dos últimos cinco anos e dissuadindo as contradições internas entre o governo, as elites empresariais e a classe média que tensionaram o período Rousseff (Barbosa-Filho, 2018).

Esse período de crise que culminou no *impeachment* também tem relação com outros dois âmbitos pouco aproveitados pelo autor: a deterioração da conjuntura econômica e a pressão sobre a atuação da política externa brasileira. Os reveses da agenda macroeconômica após o abandono da “Nova Matriz Econômica” foram ligados à suspeição de agentes-chave do modelo neodesenvolvimentista, como a corrupção empresarial e a mudança de posição da burguesia industrial, que formou uma frente classista com a burguesia financeira em torno do *impeachment*. As restrições

internacionais, como a queda dos preços das commodities e a crise na zona do euro, esgotaram as políticas de incentivo ao consumo e favoreceram medidas ortodoxas para conter a recessão desde 2014.

Ao encontro desses fatores, a política externa do governo Dilma teve resultados mais modestos que a do governo Lula e sofreu transformações com o retorno da lógica neoliberal no governo Temer. A nova coalizão buscou reduzir o déficit orçamentário público e contornar a crise econômica através da “democracia da eficiência”, implementado cortes de investimento público e reformas no regime trabalhista (Brasil, 2016a; 2016b). Assim, as diretrizes de política externa promovidas pelo governo Temer refletiram a situação internacional, a crise brasileira e os interesses de um novo bloco de poder que enfatizou o aprofundamento do diálogo comercial. Nelas, a “desideologização” das relações exteriores teve papel central no alinhamento das expectativas do mercado financeiro internacional, da burguesia nacional e da classe média para restaurar a credibilidade dos investidores estrangeiros.

Referências

BRASIL. Presidente (2016-2018: Michel Temer). Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de Estado. Palácio do Planalto, Brasília, 12 mai. 2016a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-palacio-do-planalto>>. Acesso em: 9 abr. 2024.

BRASIL. Presidente (2016-2018: Michel Temer). Discurso do Presidente interino, Michel Temer, durante cerimônia de apresentação das medidas econômicas. Palácio do Planalto, Brasília, 24 mai. 2016b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-interino-michel-temer-durante-cerimonia-de-apresentacao-das-medidas-economicas-brasilia-df>. Acesso em: 30 out. 2023.

BARBOSA-FILHO, Nelson. Revisionismo histórico e ideologia: as diferentes fases da política econômica dos governos do PT. **Brazilian Keynesian Review**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 102-115, 2018.

DA ROS, Luciano; TAYLOR, Matthew. **Brazilian politics on trial: corruption and reform under democracy**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2022.

LIMONGI, Fernando. **Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato**. São Paulo: Todavia, 2023.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. Editora Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Viviane Brito de. **O campo patriota antes da “nova direita”: o caso do Revoltados Online**. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Funções de colaboração exercidas

Yuri Bravo Coutinho:

Conceitualização; Metodologia; Curadoria de dados; Administração do projeto; Análise formal; Investigação;

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)
